

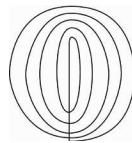
Versão PDF do artigo

## CONTEXTUALISMO

da EDIÇÃO DE 2014 do

# COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2014 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Contextualismo  
Copyright © 2014 do autor  
Ernesto Perini-Santos

Todos os direitos reservados

### **Resumo**

Segundo a tese minimalista, todo efeito contextual sobre a avaliação de uma dada sentença resulta ou bem de uma variação nos parâmetros contextuais selecionados por morfemas indexicais, ou bem de uma mudança nas circunstâncias de avaliação. O contextualismo coloca dois tipos de desafio a esta tese. Por um lado, em pelo menos alguns casos, diferentes ocorrências de uma mesma sentença parecem ter avaliações divergentes que não podem ser explicadas pela tese minimalista. Por outro, parece haver asserções que são avaliadas relativamente a parâmetros que não são selecionados pelos morfemas utilizados pelo falante. As motivações contextualistas não se limitam a estes desafios. Uma motivação positiva é a associação de diferentes esquemas conceituais a um mesmo lexema. Outra motivação reside na dimensão implícita do pensamento e da ação, o que se traduz em elementos não articulados de asserções. Em ambos os casos, o contexto desempenha um papel na determinação da proposição expressa.

### **Palavras-chave**

Contextualismo, indexicais, implicatura, constituinte não articulado, modulação conceitual

### **Abstract**

According to the minimalist thesis, every contextual effect on the evaluation of a sentence results either from a change in the contextual parameters selected by indexical morphemes or from a variation in the circumstances of evaluation. Contextualism presents two challenges to that thesis. On the one hand, at least in some cases, different occurrences of the same sentence seem to have opposite evaluations that cannot be explained by the minimalist thesis. On the other, some assertions seem to be evaluated relative to parameters that are not selected by the morphemes used by the speaker. Contextualist motivations however are not restricted to those challenges. One constructive motivation is the association of different conceptual schemes with the same lexeme. Another motivation lies in the implicit dimension of thoughts and actions, that leads to unarticulated elements of assertions. In both cases, context plays a role in the determination of the expressed proposition.

### **Keywords**

Contextualism, indexical, implicature, unarticulated constituent, conceptual modulation

# Contextualismo

## 1 Introdução

Todos aceitam que atos de fala em geral comunicam coisas diferentes em contextos distintos e que estas variações são explicadas por mais de um tipo de mecanismo. A explicação mais corrente de efeitos contextuais funda-se sobre um quadro geral constituído, de maneira central, por dois conjuntos teóricos. De um lado, os efeitos contextuais sobre a proposição expressa por uma dada asserção (ou, de maneira mais geral, sobre as condições de satisfação de um ato de fala qualquer) são explicados por uma teoria de indexicais, cujo modelo mais influente se deve a David Kaplan. Por outro lado, o que é comunicado além da proposição expressa se deve a mecanismos inferenciais do tipo proposto por Paul Grice, cujo exemplo prototípico são as implicaturas conversacionais. Embora sejam teorias independentes entre si, elas convergem para uma imagem muito aceita dos efeitos contextuais sobre o que é comunicado, construída em especial em torno de uma tese relativa à determinação da proposição expressa por uma asserção: o que é dito por uma asserção resulta exclusivamente de um mecanismo composicional que tem como entrada o significado convencional dos termos e parâmetros contextuais selecionados pelo significado convencional dos termos. Tudo o que é comunicado além disto se deve a inferências que têm como uma das premissas precisamente esta proposição.

Uma imagem inicial destes dois conjuntos teóricos pode ser vista a partir de um exemplo simples. João e Nuno estão na sala. Nuno diz:

1. Eu estou com sede.

Ao dizer 1 num tempo  $t$ , Nuno expressa a seguinte proposição:

$\alpha$ . <Estar com sede, Nuno,  $t$ >

Se João tivesse enunciado 1 em  $t$ , a proposição expressa seria:

$\beta$ . <Estar com sede, João,  $t$ >

Determinar a proposição expressa por 1 depende de um elemento que só é definido no ato de enunciação da frase. Há uma outra ma-

*Publicado pela primeira vez em 2014*

neira pela qual algo que é comunicado por 1 varia de acordo com a situação em que é enunciada. Vamos imaginar que João diga a Nuno:

2. Eu vou à cozinha. Você quer algo?

Nuno responde dizendo 1. Ele comunica algo como:

3. Por favor, traga-me algo para beber.

Em outros contextos, 1 não comunicaria 3 – por exemplo, se Nuno enunciar 1 no meio de um jogo de futebol. 3 é uma implicatura de 1. O quadro teórico geral que busca especificar a natureza da relação entre 1 e  $\alpha$  e da relação entre 1 e 3 pode ser caracterizado do seguinte modo:

I. Todo efeito contextual sobre a proposição  $p$  expressa por uma frase  $s$  é determinada pelo sentido dos morfemas que compõem  $s$ . As implicaturas de uma enunciação de  $s$ , por sua vez, não são determinadas pelos componentes da sentença enunciada, mas se seguem da enunciação de  $p$  e de princípios de cooperação que guiam ações coordenadas, das quais interações lingüísticas são um exemplo.

II. Como resultado de I, a proposição expressa resulta de um mecanismo composicional, i.e., o que é dito por uma sentença  $s$  resulta estritamente de seus componentes e de sua estrutura. Implicaturas, inversamente, não resultam de mecanismos puramente lingüísticos e não podem ser explicadas por mecanismos composicionais.

III. O contexto relevante para a determinação da proposição expressa é composto de uma sequência ordenada de elementos selecionados pelos componentes indexicais da frase, ao passo que o que é relevante para a determinação de implicaturas inclui desde princípios conversacionais até o conjunto de proposições mutuamente manifestas. Chamaremos o primeiro ‘contexto restrito’, e este último, ‘contexto amplo’.

IV. Finalmente, uma dada sentença  $s$  expressa, de maneira não cancelável, uma proposição determinada pelo significado dos seus termos e pelo contexto restrito em que ocorre, enquanto uma

asserção pode ter mais de uma implicatura, que são relativamente indeterminadas e em geral canceláveis.

Note-se que, seguindo a abordagem kaplaniana, portadores de verdades são sentenças em contextos, ao passo que a implicatura resulta de um determinado ato de fala: as teorias não tratam do mesmo tipo de objeto.

Há ainda um outro efeito contextual importante, que corresponde à determinação do significado dos termos utilizados, e.g., determinar o significado de termos ambíguos ou a referência de um nome próprio. Este uso é chamado pré-semântico, em oposição ao uso semântico, que corresponde de maneira ampla ao fenômeno indexical, e o uso pós-semântico, que corresponde, mais uma vez de maneira geral, a implicaturas.<sup>1</sup>

A tese contextualista é que este quadro geral é insuficiente para explicar os efeitos contextuais sobre o que é comunicado. No que se segue, vou fazer uma apresentação um pouco mais detalhada deste quadro teórico inicial para absorção de efeitos contextuais. Em seguida, vou apresentar os dois desafios a este quadro e as motivações positivas de teorias contextualistas. Finalmente, farei uma exposição dos traços centrais de teorias contextualistas.

## 2 A teoria kaplaniana dos indexicais

A proposição expressa por uma sentença contendo indexicais tem componentes selecionados no contexto de enunciação pelos morfemas indexicais que nela figuram: ‘eu’ (ou a desinência verbal da primeira pessoa do singular) seleciona o agente, ‘aqui’, o lugar, ‘agora’, o momento, etc. Este mecanismo opera sobre uma sequência ordenada de parâmetros selecionados pelas expressões indexicais elas mesmas, que constituem o contexto restrito. O contexto restrito é “o pacote de quaisquer elementos necessários para se determinar o referente, e assim o conteúdo, das expressões diretamente referenciais da linguagem”.<sup>2</sup> O significado de expressão indexical, no vocabulário kapla-

<sup>1</sup> Ver Kaplan (1989a: 575-576).

<sup>2</sup> (Kaplan 1989b: 591). Poderíamos incluir ainda elementos selecionados por outras expressões diretamente referenciais; e.g., ‘você’ seleciona o interlocutor,

niano, seu *character*, é uma função do contexto restrito ao conteúdo.

O par sentença-contexto é uma abstração relativamente ao ato de enunciação.<sup>3</sup> Ele ainda não é ainda suficiente para uma teoria dos efeitos contextuais proposicionais. Consideremos as seguintes frases:

4. Eu estou aqui.

5. Eu poderia não estar aqui.

4 é verdadeira sempre que enunciada, mas não exprime uma proposição necessária. A distinção entre necessidade, i.e., a verdade em todos os mundos possíveis (dada uma certa relação de acessibilidade), e a assertabilidade garantida, i.e., a verdade no mundo no qual a frase foi enunciada, pode ser explicada de maneira direta pela introdução da distinção entre contexto e circunstância de avaliação. 4 é verdadeira sempre que avaliada na circunstância na qual é enunciada, mas não é verdadeira em qualquer circunstância. Inversamente, se 5 fosse avaliada relativamente ao tempo e ao lugar de enunciação, ela resultaria sempre falsa. No entanto, 5 é verdadeira se avaliada relativamente a uma situação diferente da situação de enunciação. Este descolamento entre contexto e circunstância é comandado por ‘poderia’. Assim como o contexto, a circunstância é uma sequência ordenada cujos componentes são selecionados por elementos lingüísticos, mais precisamente, operadores intensionais modais e temporais.<sup>4</sup>

Os componentes do contexto e da circunstância têm uma diferença importante: enquanto o componente proposicional tirado do contexto sempre é selecionado por um morfema, uma sentença pode não ter um operador intensional que selecione a circunstância de avaliação da proposição expressa. Neste caso, segundo Kaplan, a cir-

‘isto’, o *demonstratum* etc. Uma postura mais liberal em relação aos componentes do contexto (ou índices) é proposta por Lewis (1983: 194). A diferença entre indexicais propriamente ditos e demonstrativos reside no fato de os primeiros determinarem seus valores de maneira aparentemente automática, dada a situação de enunciação, ao passo que demonstrativos demandam a intenção do locutor (Kaplan (1989a: 490-491); (1989b: 525)).

<sup>3</sup> Kaplan (1989a: 522).

<sup>4</sup> Kaplan (1989a: 511n).

cunstância de avaliação será a circunstância do contexto.<sup>5</sup> A escolha automática da circunstância não é no entanto indiferente aos operadores de conteúdo. Na medida em que eles definem os parâmetros que compõem a circunstância, à primeira vista pelo menos eles definem também quais são os componentes da circunstância do contexto: se a circunstância tiver como componentes o mundo e o tempo (parâmetros sobre os quais agem operadores de conteúdo), então a circunstância do contexto serão o tempo e o mundo do contexto.<sup>6</sup>

Com estes elementos, podemos apresentar em termos gerais o quadro kaplaniano. Uma sentença é dita verdadeira relativamente a um contexto e a uma circunstância:

$\models_{\text{contexto, circunstância}} \Phi$

Considerando uma linguagem simples, contendo os indexicais ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’ e ‘é efetivamente o caso que’, e operadores intensionais modais e temporais, uma proposição  $\Phi$  é verdadeira relativamente a um contexto e uma circunstância assim definidos:

$\models_{\text{agente, lugar, tempo, mundo, tempo', mundo'}} \Phi$

O tempo e o mundo aparecem em dois lugares porque a circunstância pode não ser composta pelos elementos do contexto.<sup>7</sup>

Com estes elementos, podemos apresentar de maneira mais precisa a tese que chamaremos de minimalista acerca de efeitos contextuais. Seja o efeito proposicional do contexto sobre diferentes ocorrências de uma sentença  $s$  o fato de elas receberem (ou poderem receber) avaliações distintas.

Tese minimalista: Todo efeito proposicional do contexto amplo  $c$  sobre diferentes ocorrências de  $s$  resulta ou bem de uma variação

<sup>5</sup> Kaplan (1989a: 522). Para a exposição e crítica deste duplo papel do contexto, ver Belnap, Perloff e Xu (2001: 145-156) e Predelli e Stojanovic 2008.

<sup>6</sup> Predelli argumenta que circunstâncias não são compostas apenas de condições mundanas, mas envolvem também a compreensão de aspectos pragmáticos relevantes para a avaliação do ato de fala avaliado; ver Predelli (2005: 138-146).

<sup>7</sup> A estes componentes deve ser acrescentada a atribuição de valores a variáveis livres, que, para Kaplan, também é um elemento do contexto; ver Kaplan (1989b: 591). Para uma outra interpretação do funcionamento da atribuição de valores a variáveis num quadro kaplaniano, ver Belnap, Perloff e Xu (2001: 146-151).

na proposição expressa por  $s$  em função da variação nos parâmetros contextuais selecionados morfemas indexicais de  $s$ , i.e., por uma variação no contexto restrito, ou bem de uma variação nas circunstâncias de avaliação de uma mesma proposição.

A tese minimalista (doravante ‘TM’) permite uma abordagem exclusivamente composicional da determinação da proposição expressa: a proposição expressa por uma sentença em um dado contexto resulta exclusivamente do significado de seus componentes e do modo como são organizados. TM resta neutra quanto à distribuição de efeitos contextuais entre contexto e circunstância, já que as respostas aos desafios contextualistas dentro de TM podem tanto se encontrar na postulação de efeitos contextuais guiados por indexicais implícitos<sup>8</sup> quanto numa redescrição do papel das circunstâncias de avaliação.<sup>9</sup>

O princípio de composicionalidade não tem uma interpretação apenas: é preciso definir quais são os componentes proposicionais e qual é sua organização. Pode-se postular que sentenças contêm elementos indexicais implícitos,<sup>10</sup> ou ainda que as regras composicionais são mais complexas do que parecem à primeira, podendo envolver mudanças nos tipos de contribuição que uma expressão dá à proposição expressa.<sup>11</sup> Estas revisões, ao custo de um léxico ou de uma gramática mais complexos, mantêm TM.

A determinação composicional da proposição expressa corresponde a um componente central de uma imagem semântica muito difundida: o que é dito por uma asserção é determinado pelo significado convencional dos termos, que pode ser representado como uma função do contexto ao conteúdo.<sup>12</sup> Esta associação entre significado convencional e proposição expressa terá um papel central na oposi-

<sup>8</sup> Stanley 2007.

<sup>9</sup> Predelli 2005. Note-se que, segundo Predelli, manter o tempo e o mundo da avaliação fixos não é suficientemente para se determinar as circunstâncias de avaliação; compare Williamson (2005: 98) e Predelli (2005: 142).

<sup>10</sup> Ver artigos em Stanley 2007.

<sup>11</sup> Para defesas recentes deste tipo de solução, ver Egg 2005 e Asher 2011.

<sup>12</sup> Expressões não indexicais são uma função constante de contextos a conteúdos, i.e., exprimem o mesmo conteúdo em qualquer contexto; Kaplan (1989a: 548).



ção entre minimalismo e contextualismo.

### 3 Implicaturas

Os mecanismos que visam explicar o que é comunicado além da proposição expressa são de natureza bem diferente daqueles tratados pela teoria kaplaniana. Inicialmente, os fenômenos em questão são eles mesmos mais heterogêneos do que aqueles que o quadro kaplaniano busca captar.

O ponto de partida de boa parte das discussões é a teoria griceana da comunicação. Dois aspectos centrais desta teoria são ela ser uma teoria inferencial da comunicação e esta inferência ter como uma das premissas a intenção do falante. Grice distingue o significado natural (significado<sub>N</sub>) do significado não natural (significado<sub>NN</sub>). De maneira geral, ‘significar’ designa uma relação de consequência – se  $x$  significa  $y$ , então  $y$  é uma consequência de  $x$ . No caso do significado<sub>N</sub>, a consequência é um estado de coisas e, para o significado<sub>NN</sub>, a consequência é um estado mental.<sup>13</sup> O significado<sub>NN</sub> depende da apreensão, por parte do intérprete, da intenção do falante de significar algo.

Implicaturas são um tipo de significado<sub>NN</sub>, cuja produção pode ser descrita do seguinte modo: ao enunciar  $e$ , o falante expressa uma proposição  $p$ . A expressão de  $p$  aparentemente viola alguma das máximas conversacionais: a Máxima da Quantidade (“Faça sua contribuição tão informativa quanto o que é exigido”, “Não faça sua contribuição mais informativa do que o que é exigido”), a Máxima de Qualidade (“Tente fazer uma contribuição verdadeira”), a Máxima de Relação (“Seja relevante”) ou a Máxima de Maneira (“Seja claro”).<sup>14</sup> A cooperatividade do falante pode no entanto ser mantida se se supõe que ele teve a intenção de comunicar algo além da proposição expressa por  $e$ , e o que é comunicado a mais segue todas as máximas conversacionais. Este algo a mais comunicado será dito a implicatura da enunciação de  $e$ . Para que o intérprete apreenda a implicatura feita pelo falante, ele deve supor que o falante seja cooperativo e a implicatura deve poder ser calculada a partir da enunciação de  $p$ .

Este quadro inicial deve receber pelo menos três especificações.

<sup>13</sup> Grice (1989: 350).

<sup>14</sup> Grice (1989: 26-2).

Inicialmente, a presunção de cooperação não é específica à atividade dialógica, mas é comum a toda atividade conjunta.<sup>15</sup> Além disto, as implicaturas não são um fenômeno homogêneo. Grice propôs três tipos de implicatura, as implicaturas conversacionais particulares, as implicaturas conversacionais generalizadas e as implicaturas convencionais. A existência ou não de diferentes tipos de implicatura é um tema importante nos debates pós-Griceanos. O contraste entre implicaturas conversacionais e implicaturas convencionais traz um elemento importante para nosso argumento. Estas últimas resultam do significado de palavras que não contribuem para o conteúdo da proposição expressa – por exemplo, conjunções tais como ‘mas’. Tais implicaturas, se as houver, quebram uma direção da implicação entre proposição e significado convencional: nem todo significado convencional resulta numa contribuição à proposição expressa, mesmo se se aceitar que todo componente proposicional for selecionado por um mecanismo convencional.<sup>16</sup> Finalmente, asserções comunicam pressuposições, que também correspondem a diferentes mecanismos e nem sempre são facilmente distinguíveis de implicaturas.<sup>17</sup>

Teorias da implicatura contemporâneas são, em maior ou menor medida, revisões de Grice. As duas famílias de propostas mais influentes são a teoria da relevância (TR) e as teorias ditas neo-griceanas. Ambas revisões têm em comum a diminuição do número de máximas conversacionais e uma busca mais consistente de uma explicação de por que as temos. Teorias ditas neo-griceanas, como as de Larry Horn e Stephen Levinson, propõem a reunião das máximas sob princípios mais simples. Para Horn, as máximas conversacionais podem ser explicadas pelos princípios Q [quantidade] (“Não diga menos do que o necessário”) e R [relação] (“Não diga mais do que o necessário”). A estes princípios, Levinson acrescenta a máxima da maneira, o Princípio *M* (“Não use uma expressão marcada sem ra-

<sup>15</sup> Grice (1989: 28).

<sup>16</sup> Note-se que é possível manter uma relação estrita entre convencionalidade e semântica ao preço da acomodação, na semântica, de componentes distintos no que é dito por uma asserção; ver Potts 2005.

<sup>17</sup> Ver artigos 1 e 2 em Soames 2009.

zão”).<sup>18</sup>

Segundo a TR, por outro lado, toda compreensão do que é comunicado é guiada pela maximização da relevância, comum a todo conhecimento humano, definida do seguinte modo:

*Relevância de um input para um indivíduo*

(a) Todo o resto permanecendo igual, quanto maior o efeito cognitivo obtido pelo processamento de um input, maior a relevância para um indivíduo num dado momento.

(b) Todo o resto permanecendo igual, quanto maior o esforço para se processar um input, menor sua relevância para um indivíduo num dado momento.

A presunção da relevância ótima de todo ato comunicativo explica a realização de implicaturas.<sup>19</sup>

Teses contextualistas, na medida em que aceitam pelo menos parte do quadro esboçado a partir de Grice, se desenvolverão como uma extensão do mecanismo aceito para implicaturas à determinação da proposição expressa, de modo que diferentes versões do contextualismo seguem em alguma medida os caminhos apontados pelas revisões de Grice. Minimalistas também se comprometem com uma versão ou outra dos mecanismos pragmáticos, pelo menos na medida em que pretenderem acomodar os desafios contextualistas como implicaturas da enunciação de proposições, cuja expressão pode ser explicada por TM.

<sup>18</sup> Ver Huang (2007: 36-54). Uma expressão marcada é aquela cujo uso não é esperado num dado contexto. A definição mais geral do caráter marcado de um traço linguístico é a seguinte:

The concept of markedness is concerned with the distinction between what is neutral, natural, or expected (=unmarked) and what departs from the neutral (=marked) along some specified parameter. (Bussmann 1996: 722).

<sup>19</sup> Ver Wilson e Sperber (2004: 608-612).

#### 4 Os desafios contextualistas

A posição minimalista, descrita de maneira muito genérica, é a conjunção de TM com a associação de todo outro efeito contextual sobre o que é comunicado a implicaturas e pressuposições: a semântica é, ao mesmo tempo, uma teoria que tem como objeto o significado convencional e o conteúdo da asserção. A tese contextualista é que esta implicação deve ser rompida – o significado convencional dos termos é apenas um dos fatores que determina a proposição por uma asserção. Embora seja possível decidir de uma maneira ou de outra para a definição do objeto da semântica, o debate entre minimalismo e contextualismo não é uma disputa meramente terminológica acerca do significado do termo ‘semântica’, mas uma disputa teórica importante em torno da aceitação ou não de TM.

Existem dois tipos de desafios à TM: (i) um dado enunciado exprime uma proposição que contém elementos não associados à primeira vista a nenhum morfema sentencial; (ii) diferentes ocorrências de sentenças compostas pelas mesmas palavras exprimem proposições que são avaliadas de maneira diferente, sem que esta diferença possa ser explicada por TM. Chamemos o primeiro desafio do problema da proposicionalidade, o segundo, de avaliações divergentes.

O exemplo mais famoso de (i) deve-se a John Perry. João e Nuno vão jogar futebol. Quando vão sair, João olha pela janela e diz:

6. Está chovendo.

A proposição expressa por 6 é verdadeira relativamente ao local no qual João e Nuno se encontram, que no entanto não corresponde a nenhum morfema de 6. O problema parece ser que não há uma proposição a ser avaliada se não houver um lugar sobre o qual ela fala. Algo similar ocorre com enunciações da sentença abaixo:

7. São 9:00.

Se não houver um lugar sobre o qual 7 é verdadeira, simplesmente não há proposição expressa. Perry chama este constituinte proposicional que não corresponde a morfema algum da frase ‘constituinte inarticulado’.

Este desafio estende-se a situações nas quais parece haver uma proposição expressa por palavras que não formam uma sentença

completa – o chamado discurso sub-sentencial. João e Nuno estão visitando um museu e param diante de um quadro. João diz:

8. Legal!

8 diz algo sobre o quadro que ambos olham e pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, e no entanto nenhuma parte de 8 designa o quadro.

Os exemplos 6-8 apresentam um grau crescente de dificuldade para o minimalismo. Pode-se dizer que 6 exprime uma proposição completa. Parece difícil compreender 7 sem dizer que a asserção é relativa a um lugar, e como falantes podem não ter o aparato conceitual para compreender que sentenças como 7 são relativas a lugares – por exemplo, crianças ou membros de uma cultura que não compreenda 7 como relativa a um lugar –, a hipótese de um argumento não foneticamente realizado também não parece convincente. O último caso é ainda mais refratário à absorção num quadro minimalista. Uma estratégia possível consistiria em dizer que 8 pode copiar um material lingüístico disponível, por exemplo, como resposta a:

9. O que você achou deste quadro?

8 pode no entanto ocorrer em posição inicial no discurso, sem que haja material lingüístico algum a ser copiado. Neste caso, a asserção é avaliada relativamente ao objeto comum de atenção que não é lingüisticamente articulado.

Um outro problema para o minimalismo é que TM parece não cobrir toda (a aparente) variação na avaliação de sentenças (aparentemente) compostas das mesmas palavras. O ponto de partida é a exposição de situações nas quais diferentes ocorrências de uma mesma sentença recebem avaliações diferentes sem que haja uma distinção no contexto restrito ou na circunstância de avaliação. Um dos exemplos mais discutidos, devido a Charles Travis, diz respeito à cor de certas folhas:

Aqui está o bordo japonês de Pia, com suas folhas vermelhas. Como Pia pensa que folhas devem ser verdes, ela as pinta e diz: “Assim está melhor. As folhas agora são verdes.” O que ela diz é verdadeiro. Um amigo botânico, querendo estudar a química de folhas verdes, liga para Pia em busca de folhas verdes. Pia diz: “Você pode pegar estas folhas”.

O que diz agora, no entanto, é falso.<sup>20</sup>

Digamos que suas primeiras palavras tenham sido:

10. Estas folhas são verdes.

Ela repete as mesmas palavras em sua resposta ao amigo botânico:

11. Estas folhas são verdes.

10 parece ser verdadeira e 11 falsa. Neste caso, a diferença na avaliação não tem explicação direta no quadro minimalista.

Este segundo desafio pode ser estendido de uma outra maneira: pode ocorrer que, em determinados contextos, não tenhamos uma avaliação do enunciado em questão. John Searle propõe assim a seguinte análise da frase:

12. O gato está sobre o tapete.

Lá está o gato deitado sobre o tapete: a frase é verdadeira. Imagine agora o gato e o tapete na mesma posição relativa, flutuando na Via Láctea. Neste caso, não há campo gravitacional em relação ao qual escolher qual objeto está acima do outro. Neste caso, 12 não tem uma aplicação clara. O problema geral é exposto por Searle do seguinte modo:

Para uma ampla classe de sentenças como “o gato está sobre o tapete”, a noção de significado literal de sentenças tem uma aplicação apenas relativa a um conjunto de assunções de fundo. As condições de verdade da sentença variam com variações nestas assunções de fundo e, dadas a presença ou a ausência de algumas assunções de fundo, a sentença deixa de ter condições de verdade determinadas.<sup>21</sup>

## 5 Motivações do contextualismo

Boa parte do debate em torno do contextualismo gira em torno dos desafios da proposicionalidade e das avaliações divergentes. Existem no entanto outros tipos de razões para o contextualismo que podem ser organizadas em dois grupos. A primeira destas motivações diz respeito à relação entre o que é pensado e o que é codificado linguis-

<sup>20</sup> (Travis 2008: 112).

<sup>21</sup> (Searle 1979: 125).

ticamente, a segunda, à dimensão implícita do nosso pensamento e de nossas ações.

Compare as seguintes sentenças enunciadas por Nuno:

13. João é meu irmão.

14. João é meu irmão caçula.

13 sub-determina as situações que a tornam verdadeira: João pode ser mais novo ou mais velho do que Nuno. 14 é mais restrito do que 13, mas ainda assim sub-determina muitos aspectos das situações que a tornam verdadeira – não diz, por exemplo, se João é seu único irmão ou não. Se a motivação para o ajuste contextual para a aplicação de palavras a situações determinadas for a relativa sub-determinação de “fazedores-de-verdade”, trata-se de um fato trivial. Como observa R. M. Sainsbury, deve-se distinguir as diferentes leituras de uma sentença das diferentes situações que as podem fazer verdadeiras.<sup>22</sup>

Esta estratégia não se aplica a todos os casos de flexibilidade conceitual: nos exemplos 10-11, as mesmas palavras relativas à mesma situação têm avaliações distintas. Não se trata portanto do fenômeno trivial da sub-determinação das situações que podem tornar uma dada asserção verdadeira. Consideremos os seguintes casos:

15. Abra a garrafa.

16. Nuno abriu a porta.

17. João abriu os braços.

A seleção do que é significado por ‘abrir’ em cada um destes casos parece depender do contexto lingüístico. Ao enunciar 15, o locutor pede que se tire a rolha ou a tampa da garrafa, ao dizer 16, descreve a ação de deslocar um objeto que impede a passagem por um lugar e 17 descreve um gesto. Estas não são no entanto as únicas leituras destas frases. Maria pode utilizar 15 para pedir a João que serre a garrafa, 16 pode descrever a ação de um marceneiro de abrir a porta para tirar a fechadura e 17 a de um marionetista manipulando um boneco, ou ainda a de um cirurgião operando os braços de um paciente. Estas diferenças levam a condições de satisfação distintas, por isto

<sup>22</sup> Sainsbury (2001: 399).

são de fato leituras diferentes de ‘abrir’.<sup>23</sup> Em cada um destes casos, pode haver situações em que faltem assunções de fundo em relação às quais uma tais enunciados façam sentido. É importante reconhecer estas diferenças de leitura de cada enunciado, e não apenas a sub-determinação de suas condições de satisfação, porque diferentes representações associadas a cada item podem “desempenhar diferentes papéis discriminatórios ou inferenciais em diferentes ocasiões na vida mental do indivíduo”.<sup>24</sup>

Existem duas lições aqui: a contribuição do item lexical às condições de satisfação de uma dada asserção varia de acordo com o contexto lingüístico. Assim, ‘garrafa’, ‘porta’ e ‘braços’ selecionam esquemas conceituais distintos associados a ‘abrir’. A segunda lição é que esta explicação não é suficiente. A compreensão de uma dada expressão pode ser modificada de acordo com o contexto extra-lingüístico de um maneira diferente do que pode ser previsto pelo contexto lingüístico. Seguindo François Recanati, chamaremos a adequação da contribuição conceitual ao contexto amplo, lingüístico e extra-lingüístico, de modulação conceitual.<sup>25</sup> As diferentes compreensões de 15-17 são ditas proposições enriquecidas, em oposição ao que resultaria de um mecanismo puramente composicional, que retornaria a mesma compreensão para cada uma destas sentenças, em qualquer situação de uso.

A modulação conceitual não é a única maneira pela qual o pensamento depende do contexto. Nem tudo o que pensamos é determinado por aquilo que está nas nossas representações. Fatores ambientais determinam parcialmente nossos pensamentos, segundo uma importante lição externalista, assim como fatores psicológicos que podem não ser representados. Se a proposição expressa por uma asserção contiver componentes que não são representados

<sup>23</sup> Um abordagem das diferentes representações estáveis associadas a um mesmo termo pode ser vista no projeto *Framenet*, que lista diferentes esquemas conceituais associados a diferentes expressões. Assim, ao verbo ‘open’ são associados 7 esquemas conceituais; ver: [https://framenet.icsi.berkeley.edu/finrupal/framenet\\_search](https://framenet.icsi.berkeley.edu/finrupal/framenet_search). Uma versão para o português encontra-se em <http://www.ufjf.br/framenetbr/>.

<sup>24</sup> (Sperber e Wilson 1998: 189).

<sup>25</sup> Recanati (2004: cap. 9).



por morfemas das palavras utilizadas, eles serão ditos constituintes não articulados. John Perry e Kepa Korta identificam três tipos de constituintes não articulados: (a) enunciados de sentenças que não são gramaticalmente completas (e.g., 8), (b) enunciados de sentenças gramaticalmente completas, mas veri-condicionalmente incompletas (e.g., 7) e (c) enunciados de sentenças que são gramaticalmente e veri-condicionalmente completas, mas cujas “condições de verdade inteiramente articuladas” não são as condições de verdade corretas (e.g., 6).<sup>26</sup> Parece difícil negar que a avaliação de 7 e 8 dependa de um elemento não representado por um morfema e, na medida em que aceitamos constituintes não articulados para eles, perde-se parte da motivação para se recuse tais constituintes para casos como 6. Como a avaliação de cada um destes enunciados depende de elementos que não são representados por partes das sentenças, ela não pode ser explicada por TM.

## 6 As teorias contextualistas

Teorias contextualistas postulam explicações de como a proposição expressa por uma asserção resulta de mecanismos sensíveis ao contexto da enunciação que não são captados por TM. Os dois tipos de motivação expostos tratam de fenômenos diferentes, que requerem teorias elas mesmas distintas.

A flexibilidade conceitual é a tese que diferentes ocorrências de um mesmo termo podem desempenhar diferentes “papéis discriminatórios ou inferenciais” (Sperber e Wilson 1998: 189), sem que esta diferença seja comandada por seu significado, i.e., pelo que é comum a todos os usos de termo. Enquanto a sensibilidade contextual de indexicais é determinada pelo significado de uma expressão lingüística, representável como uma função do contexto restrito a um componente proposicional – um mecanismo de saturação –, a modulação contextual recorre ao contexto amplo e não corresponde ao preenchimento de um lugar pré-determinado na estrutura proposicional por um tipo especificado de objeto. Segundo a expressão de Recanati, trata-se de um “enriquecimento livre” da proposição

<sup>26</sup> Korta e Perry (2011: 104-105).

expressa, por não ser linguisticamente controlado.<sup>27</sup>

Podemos pensar no significado de uma expressão como a contribuição comum que ela dá às condições de satisfação de todo ato de fala na qual é utilizada; a tese da flexibilidade conceitual é que o significado das expressões de uma dada asserção não fixa o que é para esta asserção ser verdadeira. Uma resposta possível neste ponto é dizer que, em cada tal situação, as expressões têm significados diferentes. Deveríamos assim dizer que ‘abrir’ em 15-17 é ambíguo. No entanto, a diferença entre estas ocorrências de ‘abrir’ não é análoga à diferença dos diferentes sentidos de ‘banco’. Existem algumas razões para não se tratar exemplos como 15-17 como casos de ambigüidade:

(i) perdemos importantes generalizações sobre as diferentes leituras dos termos: há algo em comum aos diferentes usos de ‘abrir’, em oposição à heterogeneidade e à arbitrariedade dos sentidos de ‘banco’;<sup>28</sup>

(ii) seria cognitivamente custoso aprender uma língua que multiplicaria os sentidos na mesma medida em que se multiplicam leituras de termos.<sup>29</sup> Para nos restringirmos às leituras propostas para 15-17, um falante do português deveria aprender sete sentidos diferentes para ‘abrir’, como aprende os sentidos diferentes de ‘banco’;

(iii) ambigüidades tendem a não se transferir de uma língua a outra.<sup>30</sup> Os diferentes sentidos de ‘banco’ em português não se traduzem do mesmo modo, por exemplo, para o inglês, assim como os diferentes sentidos de ‘bank’ em inglês são traduzidos de maneiras diferentes para o português. Os diferentes significados de ‘abrir’, por outro lado, recebem a mesma tradução em inglês – eles parecem poder ser representados nos esquemas conceituais associados à palavra ‘open’!

<sup>27</sup> Recanati (2004: 56).

<sup>28</sup> Moravski (1998: 37); Soames (2009: 310); Zwicky e Sadock (1975: 5).

<sup>29</sup> Moravski (1998: 37); Recanati (2004: 134).

<sup>30</sup> Soames (2009: 310); Zwicky e Sadock (1975: 5).

A segunda motivação é particularmente importante. Encontramos uma grande diversidade de situações que devemos compreender com a ajuda de um número restrito de conceitos, a flexibilidade conceitual tem assim uma motivação cognitiva forte.<sup>31</sup> Como observa Travis acerca da produtividade – observação que pode ser estendida ao aprendizado –, perdemos algo importante ao considerar a composicionalidade como a única fonte de explicação destes fenômenos, perdemos a plasticidade do significado.<sup>32</sup> Outra fonte da produtividade da linguagem é precisamente saber aplicar um mesmo termo a diferentes situações, de acordo com o que cada situação exige. Este ponto é crucial: a composicionalidade é em geral apresentada como uma condição para o aprendizado e para a produtividade de uma língua,<sup>33</sup> o que é sem dúvida verdadeiro; no entanto, esta observação será um argumento para TM apenas se a composição for a única fonte da produtividade lingüística, o que precisamente não parece ser o caso.

A melhor maneira de se representar a flexibilidade dos termos é tratá-los como polissêmicos, não como ambíguos: palavras têm um significado central que contém elementos comuns a suas diferentes interpretações, mas sub-determina suas aplicações.<sup>34</sup> A distância entre o significado estável de um termo e sua contribuição em cada ocorrência é coberta pela compreensão da situação à qual se aplica.

Uma maneira de compreender o significado neste quadro é dizer que o significado de um termo é sua contribuição ao que é dito por toda enunciação na qual é utilizado, “uma abstração a partir da informação afirmada e comunicada por usos literais em contextos

<sup>31</sup> “Sense modulation is essential to speech, because we use a (more or less) fixed stock of lexemes to talk about an indefinite variety of things, situations and experiences” (Recanati 2004: 132). Ver também Moravcsik (1998: 43).

<sup>32</sup> Travis (2008: 134-135).

<sup>33</sup> Este tipo de argumento tem uma fonte importante em Davidson; ver, e.g., ensaios 1 e 2 em Davidson 1984. Para o uso deste argumento para uma defesa do minimalismo, ver Borg (2004: 56-58). Para uma outra compreensão do princípio de composicionalidade, mais compatível com o quadro contextualista, ver Jaszczolt 2005.

<sup>34</sup> Ver Lewandowska-Tomaszczyk (2007: 153); Recanati (2010: 134-135); Moravcsik (1998: 36); Soames (2009: 310).

normais”.<sup>35</sup> A informação determinada pelo significado convencional dos termos não é toda a informação comunicada pela sentença num dado contexto. Se esta tese se segue, de uma maneira ou de outra, da aceitação de um quadro griceano, a tese contextualista é que a informação comum a todos os usos pode não responder pela “região central da significação”, i.e., pelo que é afirmado, contrariamente ao que diz Grice.

Enriquecimentos pragmáticos são influenciados por muitos fatores, incluindo a direção e o propósito da conversa, observações feitas anteriormente, informações salientes sobre o contexto, assunções de fundo comuns a falantes e ouvintes e máximas griceanas. Estas máximas não geram apenas implicaturas conversacionais, além do que é afirmado, elas também ajudam a determinar a asserção feita por uma enunciação limitando a classe dos possíveis enriquecimentos àqueles que contribuem mais efetivamente ao progresso da conversa.<sup>36</sup>

Como já observamos, extensões pragmáticas do que é dito aproximam-se de uma ou outra versão de teorias pós-griceanas. Esta versão aproxima-se da teoria de Levinson por duas razões conexas. Inicialmente, a motivação do argumento encontra-se na distância entre a informação presente nas expressões lingüísticas e o que é comunicado por uma dada asserção, mesmo descontando-se o que é comunicado além do que é dito. Segundo Levinson, há um ajuste mútuo entre o que é dito por uma asserção e suas implicaturas. O círculo interpretativo é rompido em “construções intrusivas” (*intrusive constructions*), nas quais implicaturas locais desencadeadas *by default* dão o ponto de partida para o ajuste entre o que é dito e o que implicado.<sup>37</sup> A interpretação preferencial de asserções pode no entanto ser abandonada à luz de novas informações<sup>38</sup> – ela é não-monotônica.<sup>39</sup>

<sup>35</sup> (Soames 2009: 324).

<sup>36</sup> (Soames 2008: 15).

<sup>37</sup> Levinson (2000: 198); ver também Huang (2007: 231-236).

<sup>38</sup> Para cada interpretação de uma dada frase a partir de uma dada informação, “there is another <...> where the same information is present, but in virtue of further information, the reference must be taken as to something else” (Travis 1981: 54-55). Ver também Travis (2008: 106-107).

<sup>39</sup> Uma lógica é dita não-monotônica se, sendo  $\vdash$  a relação de consequência,  $T \vdash \phi$  pode não implicar  $T' \vdash \phi$ , para  $T \subseteq T'$ .

Um segundo traço que aproxima estas versões do contextualismo da teoria de Levinson é que a recuperação da intenção do falante não desempenha um papel central: os esquemas devem ser completados de acordo com o que é razoável em cada situação, o que não é decidido pelo que o falante teve a intenção de dizer. O enriquecimento pragmático é gerado por uma pluralidade de fatores acessíveis ao intérprete, dentre os quais está a intenção do falante. Como qualquer outro fator, a intenção do falante pode ser sobrepujada por outros elementos que levam ao que é expresso por uma asserção.<sup>40</sup>

A ideia central é que a informação presente numa expressão é insuficiente para determinar sua contribuição ao que é dito. Travis associa a compreensão do uso de determinadas palavras dizem em cada situação ao julgamento razoável – “como palavras devem ser compreendidas é fixado por como juízes competentes reagiriam a elas”.<sup>41</sup> Intérpretes razoáveis são precisamente capazes de compreender como esquemas gerais se aplicam a situações particulares.

Se a cancelabilidade vale para todo mecanismo pragmático, em oposição ao que é comunicado em virtude de convenções lingüísticas, a ideia de uma interpretação preferencial que é eventualmente revista opõe-se à postulação de mecanismos que são sempre ajustados ao contexto específico da conversa, como será postulado em particular pela TR. Para TR, contra a postulação de interpretações *default*, toda compreensão de todo ato de fala é sempre adequada ao contexto e visa aquilo que o falante pretende dizer. O significado lingüístico fornece a entrada de um mecanismo composicional sub-pessoal, cuja saída será uma das entradas para a compreensão da proposição expressa pela asserção. A proposição expressa por uma asserção é sua explicatura, definida do seguinte modo:

Uma assunção comunicada por um enunciado *U* é explícita se e somente se for o desenvolvimento da forma lógica codificada por *U*.<sup>42</sup>

Como todo ato comunicativo, uma asserção comunica de maneira ostensiva sua própria relevância ótima, e esta presunção guia o desenvolvimento da forma lógica.

<sup>40</sup> Ver, e.g., Travis (1981: 58).

<sup>41</sup> (Travis 1989: 161).

<sup>42</sup> (Sperber e Wilson 1995: 182).

Na proposição expressa figuram os conceitos que são especificados para a situação precisa do ato de fala, ditos ‘conceitos *ad hoc*’:

[O termo ‘conceito *ad hoc*’ é utilizado para se referir a conceitos que são construídos pragmaticamente pelo falante no processo de compreensão do enunciado. A ideia é que falantes podem usar conceitos codificados pelo léxico para comunicar um conceito (atômico) diferente, não lexicalizado, que têm em comum com conceitos codificados elementos lógicos e enciclopédicos, e ouvintes podem inferir pragmaticamente o conceito visado a partir do conceito codificado. A descrição deste conceito como *ad hoc* reflete o fato de ele não ser linguisticamente dado, mas ser construído *on line* em resposta a expectativas específicas de relevância que surgem em contextos específicos.<sup>43</sup>

Este mecanismo aplica-se de maneira direta aos exemplos acima. As diferentes compreensões de ‘abrir’ e 15-17 correspondem a especificações de um conceito mais geral. O ajuste ao contexto também pode levar ao relaxamento conceitual:

18. A rádio *Clássica* toca música clássica sem interrupção [dita pelo locutor da rádio *Clássica*]

Neste quadro, o conteúdo codificado por um termo não determina uma contribuição comum às proposições expressas por sentenças nas quais tal termo figura; ele fornece apenas o *input* para a determinação da proposição ou das proposições expressas por uma asserção num dado contexto.

A modulação não é o único tipo de desafio à TM – constituintes proposicionais não articulados não resultam tampouco de um mecanismo composicional, já que eles precisamente não são representados por morfemas das sentenças cujas asserções expressam as proposições em questão. Como no caso da modulação conceitual, trata-se inicialmente de um traço do pensamento ele mesmo, que se transmite aos atos de fala. Alguém que tome a proposição expressa por 7 por verdadeira pensa em uma proposição que depende de um lugar. A situação a que diz respeito a crença expressa por 6 envolve um lugar, que também pode não ser representado pelo agente. Por que estas crenças dizem respeito a um lugar? E como este lugar é fixado? Estas crenças dizem respeito a lugares específicos porque têm sua origem em fatores relacionados a lugares específicos, por exemplo, pela per-

<sup>43</sup> (Carston 2002: 322).

cepção da chuva e, por sua vez, dão origem a comportamentos relativos a estes lugares, por exemplo, cancelar um piquenique. Este é o caso mesmo para agentes que nunca pensam que tais sentenças são relativas a lugares, por exemplo, por pertencerem a uma comunidade cujo dialeto não permite a localização de tais asserções.<sup>44</sup> Como observa Perry, a maior parte das pessoas está exatamente nesta situação no que diz respeito à simultaneidade:

pensamos e fazemos julgamentos sobre uma relação triádica <i.e., entre dois eventos e um quadro de referência> concebendo-a como se fosse binária <i.e., entre dois eventos>.<sup>45</sup>

Há mais de um modo pelo qual constituintes de nosso pensamento são determinados e nem todos exigem uma representação por parte do sujeito, assim como há mais de uma maneira pela qual a parte não representada do conteúdo é determinada. Os diferentes tipos de condicionamentos (*constraints*) sobre a ação são parte do que explica o tipo de informação que temos sobre o mundo e podem não ser tomadas como objeto de consideração pelo agente – e.g., condicionamentos nômicos ou as que resultam da nossa história como espécie,<sup>46</sup> ou ainda que resultam do modo da representação: a percepção, a propriocepção, a memória, a imaginação etc.<sup>47</sup>

Por sobre estas motivações próprias ao pensamento, existem razões comunicacionais para a existência de constituintes não articulados de sentenças. O locutor de 6 supõe que a situação à qual diz respeito será apreendida por seu interlocutor.<sup>48</sup> Se não for este o caso, a incompreensão aparecerá com o desenrolar da conversa e o falante deverá apresentar uma proposição mais articulada:

<sup>44</sup> Perry (2000: 177-179).

<sup>45</sup> (Perry 2000: 185).

<sup>46</sup> Barwise e Perry (1999: 94).

<sup>47</sup> Recanati (2007: 121-210).

<sup>48</sup> Os diferentes mecanismos de ajustes dialógicos foram postos em evidência por Clark (1992, 1996). Para a importância de mecanismos de ajustes dialógicos para o debate entre contextualismo e minimalismo, ver Perini-Santos 2009. Há um debate acerca do modo como o conhecimento comum explica o desenrolar de diálogos – uma amostra do debate aparece na discussão em torno de Pickering e Garrod 2004.

## 19. Está chovendo em Belo Horizonte.

A articulação maior de 19 em relação a 6 decorre de uma exigência na coordenação de ações:

Na medida em que pensamos na linguagem como uma espécie de ação, é natural adotar a imagem que enunciados são tipicamente usados para se adicionar ou complementar uma situação pré-existente, de maneira a ajudar a completar as circunstâncias necessárias para se atingir um fim.<sup>49</sup>

A escolha, por parte do locutor, do que é ou não linguisticamente articulado explica-se pelo tipo de ação coordenada na qual se engaja.

A importância do discurso sub-sentencial aparece claramente aqui. Nossas atividades coordenadas podem tomar parâmetros como fixos ou não e, dos parâmetros tomados como não fixos, elas podem requerer sua explicitação lingüística ou não. Discursos sub-sentenciais introduzem novas informações, que não faziam parte do que era mutuamente manifesto antes do ato de fala, mas não exigem que todos os componentes informacionais novos sejam representados por um morfema. O que já se estabeleceu como objeto comum de uma atenção conjunta, por exemplo, pode permanecer não articulado.<sup>50</sup> As “representações externas” também são parte do que explica o modo como ações conjuntas se desenrolam. No ato de comprar algo numa loja, por exemplo, cliente e vendedor podem contar com vários elementos externos: o uniforme do vendedor, a disposição dos produtos, a acessibilidade simultânea de itens, etc.<sup>51</sup> Estes elementos fazem com que muitos aspectos do que é parte do conhecimento comum não precisem ser linguisticamente articulados.

Podemos descrever o que ocorre aqui a partir das “Generalizações de mapeamentos pragmáticos”, de Adele Goldberg:

(A) Os referentes de SNs linguisticamente expressos são interpretados como relevantes para a mensagem transmitida.

(B) Qualquer participante semântico do acontecimento transmitido que seja *relevante* e *não-recuperável* (*non-recoverable*) a partir do contexto

<sup>49</sup> (Korta e Perry 2011: 102). Ver também observação de Tomasello (2008: 79).

<sup>50</sup> Ver artigos reunidos em Eilan et al. 2005.

<sup>51</sup> Clark (1996: 46-49).



deve ser abertamente indicado.<sup>52</sup>

Os elementos não articulados são aqueles relevantes e recuperáveis a partir do contexto. Se é claro que estes princípios sub-determinam as escolhas por parte de um locutor, que pode, por exemplo, designar um objeto comum de atenção, eles explicam quando o locutor pode não o fazer. A compreensão das práticas comunicativas representam uma motivação para o contextualismo porque atividades conjuntas, das quais diálogos são um exemplo, não requerem a articulação lingüística de todas as informações em torno das quais se organizam.

De certo modo, há um *trade off* entre a precisão, que supostamente cresce com o caráter explícito do que é expresso, e a velocidade nas trocas dialógicas, que levam à menor especificação. Numa interpretação mais fraca, enunciações sub-determinam o que é expresso por mera conveniência. Numa leitura mais forte, no entanto, o trabalho deixado para o contexto revela um traço essencial da linguagem: expressões lingüísticas sempre sub-determinam o que é expresso.<sup>53</sup> A leitura mais forte decorre, inicialmente, do primeiro ponto mencionado acima: o contexto será sempre necessário para a modulação conceitual.

Há no entanto uma outra razão, que diz respeito à natureza mesma da comunicação: a comunicação humana é

<...> fundamentalmente uma atividade cooperativa, funcionando da maneira mais natural e fluente no contexto (1) do pano de fundo contextual mutuamente aceito e (2) das motivações comunicacionais mutuamente aceitas.<sup>54</sup>

A sub-determinação do que é comunicado pelo que é linguisticamente codificado decorre do funcionamento mesmo de atividades coordenadas, das quais trocas lingüísticas são um exemplo.

Encontramos aqui fenômenos mais heterogêneos do que os visados pelo primeiro argumento. Podemos identificar no entanto

<sup>52</sup> (Goldberg 2006: 190). Num quadro kaplaniano, pode-se explicar parte do que ocorre aqui como a redistribuição de elementos entre o contexto restrito e a circunstância por diferentes atos de fala; ver Recanati (2007: 33-36).

<sup>53</sup> Para duas interpretações desta tese e para uma defesa da versão mais forte, ver Carston (2002: 19-83).

<sup>54</sup> (Tomasello 2008: 6).

duas fontes de sub-articulação de nossos atos de fala: as condições de satisfação não representadas do pensamento ele mesmo – e.g., o pensamento expresso por 7 por alguém que não tenha o conceito de fuso-horário – e os componentes das condições de satisfação não articuladas de um ato de fala que são apreendidos pelo falante e pelo ouvinte – e.g., o objeto ao qual diz respeito 8. Tanto “condições arquiteturais ou externas”<sup>55</sup> de nossas ações, no primeiro caso, quanto o estabelecimento da atenção conjunta por mecanismos não linguísticos, para o segundo, explicam a existência de constituintes não articulados das proposições expressas por atos de fala.

## 7 Conclusão

O que é um contexto? O contexto restrito é uma seqüência de elementos da situação de enunciação selecionados por morfemas indexicais da sentença utilizada. Ao recusar TM, o contextualismo parece levar a uma noção de contexto não restrita pela seleção indexical, o que nos daria a situação total de fala, ou tudo o que se encontra no ambiente imediato do falante, ou nos ambientes do falante e sua audiência. Este não pode no entanto ser o caso. Imaginemos que João pronuncie 8 diante de um quadro; se Nuno não souber do que ele está falando, não saberá o que ele disse. O quadro é parte da situação na qual 8 foi enunciada, mas este fato apenas não é suficiente para estabelecê-lo como um constituinte proposicional desta enunciação. João deve estabelecer (ou tomar como estabelecido) que o quadro é o objeto da atenção conjunta dele e de Nuno. Da mesma maneira, se Nuno estiver no Rio de Janeiro conversando ao telefone com João, que se encontra em Belo Horizonte, e enunciar 6 (“está chovendo”), o fato de haver uma cidade na qual Nuno enuncia a frase não é o bastante para fixar o Rio de Janeiro como o lugar da avaliação. A frase pode dizer respeito a Belo Horizonte, ao Rio de Janeiro ou a um outro lugar, que será fixado pela conversa em curso. Nos dois casos, a existência de determinados objetos na situação total de fala não basta<sup>56</sup>; é preciso que eles sejam parte do que é mutuamente aceito

<sup>55</sup> (Perry 2000: 184-185).

<sup>56</sup> Na verdade, esta não é sequer uma condição necessária, como mostra a possibilidade de Nuno e João falarem ao telefone de uma terceira cidade. As pes-

pelos locutores como sendo aquilo a que diz respeito a enunciação.

A mesma condição se coloca para a modulação conceitual. Qual é a interpretação correta de 10/11, uma vez fixados os objetos dos quais a frase diz algo? Como este exemplo procura colocar em evidência, existem mais componentes que influenciam a compreensão da frase que são determinados pela atividade em curso. Diferentes assunções de fundo, que são trazidas pela atividades conjuntas nas quais os locutores estão engajados levam a diferentes interpretações. Como diz Searle, não há um contexto vazio, nossa compreensão sempre se dá contra este pano de fundo de assunções tomadas em comum.<sup>57</sup>

O que Tomasello diz sobre a comunicação gestual pode se estender aqui a todo tipo de comunicação humana:

<...> “contexto” para um ser humano significa algo muito especial. Para seres humanos, o contexto comunicativo não é simplesmente tudo o que se encontra no ambiente imediato, da temperatura da sala ao som dos pássaros ao fundo, mas o contexto comunicativo é antes o que é “relevante” para a interação social, isto é, o que cada participantes vê como relevante e sabe que o outro vê como relevante também – e sabe que o outro sabe disto também, e assim, potencialmente, ao infinito.<sup>58</sup>

O contexto é o conjunto de informações supostas mutuamente manifestas pelos participantes de uma conversa e, mais geralmente, de uma ação conjunta.<sup>59</sup> Esta definição do contexto parece-nos razoável para explicar o tipo de efeito veri-condicional que não é coberto por

soas podem também falar de objetos que não existem na situação presente, como sobre o passado (ver Hoerl e McCormack 2005 sobre “*joint reminiscing*”) ou sobre situações fictícias (e.g., ver Clark (1996: 353-384) e Evans (1982: 360-361) sobre “*joint pretense*”).

<sup>57</sup> “I shall argue that for a large class of sentences there is no such thing as the zero or null context for the interpretation of sentences, and that as far as our semantic competence is concerned we understand the meaning of such sentences only against a set of background assumptions about the contexts in which the sentence could be appropriately uttered” (Searle 1979: 117).

<sup>58</sup> (Tomasello 2008: 74).

<sup>59</sup> “My central assumption was that a context should be represented by a body of information that is presumed to be available to the participants in the speech situation. A context set is defined as the set of possible situations that are compatible with this information – with what the participants in a conversation take to be the common shared background” (Stalnaker 1999: 6).

TM.<sup>60,61</sup>

Ernesto Perini-Santos  
 Departamento de Filosofia  
 Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil  
 epsantos@fafich.ufmg.br

### Referências

- Asher, Nicholas. 2011. *Lexical Meaning in Context*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barwise, Jon e John Perry. 1983. *Situations and Attitudes*. Stanford: CSLI Publications, 1999.
- Belnap, Nuel, Michael Perloff e Ming Xu. 2001. *Facing the Future – Agents and Choices in our Indeterministic World*. Oxford: Oxford University Press.
- Borg, Emma. 2004. *Minimal Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- Bussmann, Hadumod. 1996. *Routledge Dictionary of Language and Linguistics*. London: Routledge.
- Carston, Robyn. 2002. *Thoughts and Utterances*. Oxford: Blackwell.
- Clark, Herbert. 1992. *Arenas of Language Use*. Chicago: University of Chicago Press.
- Clark, Herbert. 1996. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Davidson, Donald. 1984. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press.
- Egg, Markus. 2005. *Flexible Semantics for Reinterpretation Phenomena*. Stanford: CSLI Publications.
- Eilan, Naomi, Christoph Hoerl, Teresa McCormack e Johannes Roessler (eds.) 2005. *Joint Attention: Communication and Other Minds*. Oxford University Press.
- Elugardo, Reinaldo e Robert Stainton (eds.). 2005. *Ellipsis and Nonsentential Speech*. Dordrecht: Springer.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon.
- Goldberg, Adele. 2006. *Constructions at Work*. Oxford: Oxford University Press.
- Grice, Paul. 1989. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Gross, Steven. 2013. What is a Context? In Capone, A. et al. (eds.) *Perspectives on Pragmatics, Philosophy and Psychology*. Dordrecht: Springer.
- Hoerl, Christoph e Teresa McCormack. 2005. Joint Reminiscing as Joint Attention to the Past. In Eilan, N. et al. (eds.) *Joint Attention – Communication and Other Minds*, Oxford: Oxford University Press.
- Huang, Yan. 2007. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Jaszczolt, Katarzyna. 2005. *Default Semantics*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, David. 1989a. Demonstratives. In Perry, J. et al. (eds.) *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaplan, David. 1989b. Afterthoughts. In Perry, J. et al. (eds.) *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press.

<sup>60</sup> Para a definição de ‘contexto’ em função dos fins explicativos de cada teoria, ver Gross (2013:114).

<sup>61</sup> Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa da qual o presente artigo é um resultado.

- Korta, Kepa e John Perry. 2011. *Critical Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, Stephen. 2000. *Presumptive Meanings*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Lewandowska-Tomaszczyk, Barbara. 2007. Polysemy, Prototypes and Radial Categories. In Geeraerts, D e H. Cuyckens (eds.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, David. 1983. *Philosophical Papers*, vol. I. Oxford: Oxford University Press.
- Moravcsik, Julius. 1990. *Thought and Language*. Londres: Routledge.
- Moravcsik, Julius. 1998. *Meaning, Creativity, and the Inscrutability of the Human Mind*. Stanford: CSLI Publications.
- Perini-Santos, Ernesto. 2009. Does Contextualism Make Communication a Miracle? *Manuscrito* 32: 231-247.
- Perry, John. 2000. *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays – Expanded Edition*. Stanford: CSLI Publications.
- Pickering, Martin e Simon Garrod. 2004. Toward a Mechanistic Psychology of Dialogue. *Behavioral and Brain Sciences* 27: 169-226.
- Potts, Chris. 2005. *The Logic of Conventional Implicatures*. Oxford: Oxford University Press.
- Predelli, Stefano. 2005. *Contexts*. Oxford: Oxford University Press.
- Predelli, Stefano e Isidora Stojanovic. 2008. Semantic Relativism and the Logic of Indexicals. In García-Carpintero, M. e M. Kölbel (eds.) *Relative Truth*. Oxford: Oxford University Press.
- Recanati, François. 2004. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Recanati, François. 2007. *Perspectival Thought*. Oxford: Oxford University Press.
- Recanati, François. 2010. *Truth-Conditional Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Sainsbury, R. M. 2001. Two Ways to Smoke a Cigarette. *Ratio* 14: 386-406.
- Searle, John. 1979. *Expression and Meaning – Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Soames, Scott. 2002. *Beyond Rigidity*. Oxford: Oxford University Press.
- Soames, Scott. 2008. Meaning, Implicature and Assertion. In Follesdal, D. e J. Woods (eds) *Logos and Language – Essays in Honor of Julius Moravcsik*. Londres: College Publications.
- Soames, Scott. 2009. *Philosophical Essays – vol. I*. Princeton: Princeton University Press.
- Sperber, Dan e Deirdre Wilson. 1995. *Relevance* (2 ed.). Oxford: Blackwell.
- Sperber, Dan e Deirdre Wilson. 1998. The mapping between the mental and the public lexicon. In Carruthers, P. e J. Boucher (eds.) *Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stainton, Robert J. 2006. *Words and Thoughts – Subsenteses, Ellipsis and the Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Stanley, Jason. 2007. *Language in Context*. Oxford: Oxford University Press.
- Stalnaker, Robert. 1999. *Context and Content – Essays on Intentionality in Speech and Thought*. Oxford: Oxford University Press.
- Tomasello, Michael. 2008. *Origins of Human Communication*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Travis, Charles. 1981. *The True and the False: The Domain of the Pragmatic*. Amsterdam: John Benjamins.
- Travis, Charles. 1989. *The Uses of Senses*. Oxford: Oxford University Press.
- Travis, Charles. 2008. *Occasion-Sensitivity*. Oxford: Oxford University Press.
- Williamson, Timothy. 2005. Knowledge, Context, and the Agent's Point of View. In Preyer, G. e G. Peter (eds.) *Contextualism in Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.

- Wilson, Deirdre e Dan Sperber. 2004. Relevance Theory. In Horn, L. e G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Londres: Blackwell.
- Zwicky, Arnold e Jerry Sadock. 1975. Ambiguity Tests and How to Fail Them. *Syntax and Semantics* 4: 1-36.

Sítios online:

<https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/> acesso em 23 de abril de 2014.

<http://www.ufjf.br/framenetbr/> acesso em 23 de abril de 2014.